

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.842 - RS (2019/0305015-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : ICATU SEGUROS S/A
ADVOGADOS : RAPHAEL QUEIROZ DE MORAES MIRANDA - RJ095822
ANTÔNIO PEDRO RAPOSO - RJ156565
PEDRO IVO SILVA MELLO - RJ149067
GABRIELA MAMBRINI SANTOS MOREIRA PINTO - RJ208214
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : ELISEU BERTOTTO NETO - RS025886
RAFAEL LUIS MOROSINI - RS028627
OTAVIO ROSA FIGUEIRO - RS057359
AGRAVADO : ZILDA CECILIA DE SOUZA
ADVOGADO : RICARDO SOARES MACHADO - RS082482

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial manifestado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA. RESCISÃO UNILATERAL. INADIMPLENTO. DÉBITO EM CONTA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO E RESCISÃO DO CONTRATO. RESTABELECIMENTO DA CONTRATAÇÃO QUE SE IMPÕE.

1) Trata-se de ação de restabelecimento de contrato de seguro de vida, que fora rescindido, de forma unilateral pela seguradora, sem notificação ao segurado, julgada parcialmente procedente na origem.

2) É aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro, na medida em que se trata de relação de consumo, consoante traduz o art. 32, §22 do CDC. Outrossim, é imperiosa a aplicação do princípio da boa -fé contratual, em atenção à norma do art. 765 do CCB.

3) O cancelamento do contrato de seguro sob o fundamento de inadimplência do pagamento do prêmio, não possibilita a suspensão e o cancelamento automático do contrato de seguro firmado entre as partes, uma vez que para isso é necessária a interpelação do devedor, com a notificação prévia para constituição da mora. Entendimento consolidado pela Segunda Sessão do egrégio STJ. Precedentes.

4) No caso telado, o demandado somente alegou a mora da seguradora sem comprovar ter procedido a notificação de seu cliente diante de

eventual inadimplemento ou cancelamento.

5) Dessa feita, considerando que no caso dos autos não houve a prévia notificação da segurada, e, partindo-se desse raciocínio, não houve mora constituída, o atraso no pagamento não pode ser causa do cancelamento da avença (cancelamento da apólice ou suspensão do contrato), máxime porque a cláusula que prevê a possibilidade de cancelamento unilateral do contrato de seguro, sem a prévia notificação do segurado, é nula, de pleno direito, uma vez que afronta o disposto no inciso XI, do artigo 51 do CDC.

6) O requerido não trouxe aos autos prova da notificação tampouco da alegada mora do beneficiário, ônus que lhe recaia a teor do art. 373, II, do CPC.

7) Devido o restabelecimento do contrato, com o pagamento dos prêmios em atraso.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA

Opostos os embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Em suas razões do recurso, a parte recorrente sustentou violação dos arts. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 757 e 760 do Código Civil. Alegou negativa de prestação jurisdicional, indicando que o Tribunal de origem não analisou devidamente os embargos declaratórios opostos por ela, apontando que "A 6ª Câmara Cível do Tribunal de justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento à apelação interposta pela ICATU, mantendo integralmente a sentença proferida pelo MM. Juízo de 1ª instância e ratificando a condenação ao restabelecimento do contrato securitário celebrado com a segurada, sem mencionar a necessidade da recorrida em quitar os pagamentos em atraso" (fl. 443, e-STJ). Argumentou que "caso esse e. STJ não se manifeste expressamente sobre o dever da segurada de regularizar os débitos em aberto para fazer jus ao restabelecimento do contrato, restarão violados, também, os arts. 757 e 760 do Código Civil" (fl. 445, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante à alegação de ofensa ao art. 1022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essa não merece prosperar. Isso porque não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões

trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdiccional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
2. (...).
3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016.)

Nesse sentido, verifico que a Corte local decidiu a questão tratada na presente demanda de forma fundamentada, conforme se depreende da leitura do seguinte

trecho (fls. 395-400, e-STJ):

A controvérsia instaurada nos autos, diz respeito ao cancelamento do contrato de seguro, de forma unilateral, pelo requerido, ante a mora das parcelas referente ao prêmio, pelo segurado, sem que a parte requerida tenha procedido à notificação do contratante.

Segundo a jurisprudência consolidada pela Segunda Sessão do egrégio STJ, o atraso no pagamento do prêmio mensal, ou, então, o seu não pagamento, não possibilita o cancelamento automático do contrato de seguro firmado entre as partes, uma vez que para isso é necessário a interpelação do devedor, com a notificação prévia para constituição da mora.

Nesse diapasão, trago à baila os precedentes do egrégio STJ, a fim de corroborar com o entendimento.

(...).

Desse modo, o atraso no pagamento do prêmio somente pode ocasionar o cancelamento do contrato quando o segurado for notificado previamente.

Na situação em evidência, o beneficiário não foi notificado, ônus que recaia ao demandado, a teor do art. 373, II, do CPC.

Dessa feita, considerando que no caso dos autos não houve a prévia notificação do segurado, o alegado atraso ou inexistência de pagamento não pode ser causa do cancelamento da avença (cancelamento da apólice ou suspensão do contrato).

Assim, observo que, no presente caso, a Câmara julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção, com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. Se a decisão não correspondeu, no entanto, à expectativa da parte, não deve, por isso, ser imputado vício ao julgado.

A propósito, nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. IMÓVEL RURAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 (1.022 do CPC/2015). INEXISTÊNCIA. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DE QUE O RECORRENTE ERA POSSUIDOR DE MÁ-FÉ. BENFEITORIAS ÚTEIS E NÃO NECESSÁRIAS NÃO INDENIZÁVEIS. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

2. Revela-se inviável alterar o entendimento das instâncias ordinárias que, com apoio nos elementos de prova, concluíram pela inexistência de elementos capazes de desconstituir o acórdão rescindendo. Para tanto, foram considerados a existência de má-fé na posse do agravante e o fato de que as benfeitorias realizadas na área rural são úteis e não necessárias sendo, portanto, incabível a indenização pleiteada, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.608.804/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20.10.2016, DJe 27.10.2016.)

Além disso, constato que o entendimento proferido pelo Colegiado de origem julgou a causa em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, a qual entende que o atraso no pagamento de prestações do prêmio do seguro não determina a resolução ou suspensão automática do contrato de seguro, exigindo-se a prévia constituição em mora do contratante pela seguradora, mostrando-se indevida a negativa de pagamento da indenização correspondente.

A propósito, cito:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VEÍCULO. MATÉRIA PREQUESTIONADA. REEXAME DE PROVA. DESNECESSIDADE. INADIMPLÊNCIA DO PRÊMIO. INTERPELAÇÃO. AUSÊNCIA. RESOLUÇÃO DO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO SUBSIDIÁRIO. INOVAÇÃO RECURSAL. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Na linha da jurisprudência deste STJ, não basta o atraso no pagamento de parcela do prêmio para o desfazimento automático

do contrato de seguro, sendo necessária a prévia constituição em mora, por interpelação específica.

(...)

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1104533/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 1/12/2015.)

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. SEGURO. VEÍCULO. ATRASO DE PRESTAÇÃO. SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA COBERTURA. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. O simples atraso no pagamento do prêmio não implica na suspensão ou cancelamento automático da cobertura securitária, fazendo-se necessária a constituição em mora do segurado por intermédio de interpelação específica.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1092900/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 5/5/2009, DJe 18/5/2009.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE PECÚLIO POR MORTE. NATUREZA DO CONTRATO. SEGURO DE VIDA. SEMELHANÇA. ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. SUSPENSÃO AUTOMÁTICA DA AVENÇA. DESCABIMENTO. NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO EM MORA. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO.

1. A Segunda Seção desta Corte Superior consagrou o entendimento de que o mero atraso no pagamento de prestação do prêmio do seguro não importa em desfazimento automático do contrato, pois exige-se, ao menos, a prévia constituição em mora do segurado pela seguradora, mediante notificação ou interpelação.

2. Aplica-se o mesmo entendimento aos planos de pecúlio por morte, pois essa espécie contratual assemelha-se aos seguros de vida.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 625.973/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS

BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 4/8/2015.)

Com efeito, incide o óbice da Súmula 83 do STJ, aplicável aos recursos interpostos por ambas as alíneas.

Ademais, a Corte estadual, ao julgar a causa, concluiu que (fl. 400):

Desse modo, o atraso no pagamento do prêmio somente pode ocasionar o cancelamento do contrato quando o segurado for notificado previamente.

Na situação em evidência, o beneficiário não foi notificado, ônus que recaia ao demandado, a teor do art. 373, II, do CPC.

Dessa feita, considerando que no caso dos autos não houve a prévia notificação do segurado, o alegado atraso ou inexistência de pagamento não pode ser causa do cancelamento da avença (cancelamento da apólice ou suspensão do contrato).

Nesse sentido, verifico que, para afastar a fundamentação proferida pelo Tribunal local, no presente caso, demandaria nova investigação acerca dos fatos e provas contidos no processo, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula n. 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, devida pela parte agravante, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora